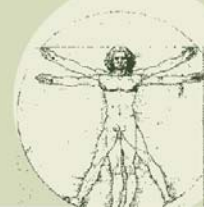




IV CSBCE
IV CONGRESSO SULBRASILEIRO
DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Faxinal do Céu - PR
19, 20 e 21 de setembro de 2008

CIÊNCIA e EXPERIÊNCIA:
Aproximações e Distanciamentos



PROJETOS E EVENTOS DE ESPORTE E LAZER NO PARANÁ

Fernando Augusto Starepravo

Graduado em Educação Física (Licenciatura Plena) pela UFPR.
Mestrado Educação Física (História e Sociologia do Esporte) pela UFPR.
Doutorando em Educação Física pela UFPR.
Pesquisador da UFPR.

Fernando Marinho Mezzadri

Graduado em Licenciatura Plena Em Educação Física pela UEPG.
Mestrado em Educação pela UFPR.
Doutorado em Educação Física pela UNICAMP.
Professor adjunto e Assessor de Estratégias Institucionais da Reitoria da UFPR.
Coordenador da REDE CEDES, núcleo UFPR.

Fernando Cesar Borges

Graduado em Educação Física pela UEPG.
Aperfeiçoamento em pedagogia do esporte e em educação física escolar.
Mestrando em Educação Física pela UFPR.
Diretor de cultura do município de Piraquara - PR.

Leoncio José de Almeida Reis

Graduado em Licenciatura em Educação Física pela UFPR.
Aluno do programa de Mestrado da UFPR.

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisas do CEPELS/UFPR, bem como refletir sobre seus resultados em termos de eventos e projetos de esporte e lazer nos municípios do estado do Paraná, e a contribuição do Estado na constituição de um habitus esportivo na população.

ABSTRACT

This paper aims to present the research done by the group of searches of CEPELS/UFPR, and reflect on their results in terms of events and projects of sport and recreation in the municipalities of the state of Parana, and the contribution of the state in the formation of a sports habitus in the population.

Introdução

O grupo de pesquisa em políticas públicas para o Esporte e o Lazer do Centro de Estudos em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vem realizando, desde 2004, uma pesquisa intitulada “*Diagnóstico das políticas públicas para o Esporte e Lazer no Estado do Paraná*”, onde buscamos fazer um levantamento e análise sobre as políticas de esporte e lazer praticadas nos municípios paranaenses. Posteriormente, a pesquisa recebeu apoio do Ministério do Esporte, através da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), sendo reformulada e ampliada.

O desenvolvimento da pesquisa visa criar um banco de dados relativo as políticas públicas, levantadas junto às secretarias municipais de esporte e lazer dos municípios do Estado do Paraná. A pesquisa foi desenvolvida na sua primeira fase em quinze cidades do Estado do Paraná, divididas em dois grupos. O primeiro grupo trata dos municípios do litoral paranaense: Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba. O segundo grupo foi constituído por cidades com mais de 100.000 habitantes: Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Colombo, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Campina Grande do Sul. O resultado detalhado desta primeira fase da pesquisa foi publicado por Mezzadri et al (2006)¹.

Na seqüência da pesquisa, foram visitados outros municípios do Estado do Paraná com mais de 100.000 habitantes, como Apucarana, Guarapuava e Cambé, e estabelecidas parcerias com outras instituições para ampliar o alcance da pesquisa.

Para realizar o levantamento das políticas públicas realizadas nos municípios, se utilizou como procedimento de técnica metodológica entrevista com os Secretários Municipais de Esporte e Lazer ou o responsável correspondente ao cargo². Nesta direção, Gil argumenta que,

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessem à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. (GIL, 1999, p. 117).

¹ MEZZADRI, Fernando Marinho et al. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 43-60.

² “O segundo bloco pulveriza e/ou compartilha a estrutura de Esporte e Lazer com outras áreas de intervenção social. Observamos que nas cidades de Colombo, Piraquara, Campina Grande do Sul, Guaratuba, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Matinhos e Guaraqueçaba não há Secretarias Municipais de Esporte e Lazer específicas. Os Departamentos de Esporte e Lazer estão inseridos nas mais diversas Secretarias Municipais, não obedecendo nenhuma lógica nesta organização. Verificamos que este grupo de cidades é o grupo com o PIB menos elevado, havendo provavelmente neste sentido alguma relação. Encontramos estes Departamentos nas Secretarias de Educação e Esporte; Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte; Secretaria de Esporte; Secretaria de Indústria, Comércio e Esporte; e Secretaria de Cultura e Esporte. Desta maneira, das nove cidades pesquisadas, o Departamento de Esporte e/ou Departamento de Lazer estão inseridos em seis pastas diferentes.” MEZZADRI et al (2006, p.). Nestes casos não há a figura do Secretário Municipal de Esporte, mas sim o de Diretor de Esportes.

Dentro das diversas técnicas de entrevistas, utilizamos a entrevista estruturada com questões abertas e fechadas referentes ao tema proposto. Gil, com relação à entrevista estruturada define que:

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grandes números. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos dos dados, este tipo de entrevista torna-se mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais. (GIL, 1999, p. 121).

Desta forma, utilizando a técnica da entrevista estruturada, construímos o protocolo para a realização da entrevista. O protocolo é composto por três eixos norteadores: 1 – Estrutura Administrativa; 2 – Gestão Pública; 3 – Projetos e Eventos desenvolvidos no município.

A parte correspondente ao eixo da estrutura administrativa conta com sete questões, abordando os aspectos da estrutura organizacional e do quadro funcional. A segunda parte do questionário, contém onze questões relacionadas à gestão pública dos municípios, que contempla o nível de autonomia das estruturas administrativas, a presença de um plano norteador das secretarias ou departamentos, a existência dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, o nível de participação da sociedade na elaboração das políticas de esporte e lazer, as parcerias estabelecidas entre a Secretaria de Esporte e Lazer e outros órgãos públicos e privados, as formas de financiamento e o orçamento municipal destinado às Secretarias Municipais de Esporte e Lazer.

A terceira e última temática abordada nas entrevistas foi composta por dez perguntas referentes aos objetivos, funções e público alvo a serem alcançados nos projetos e eventos de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios. Questionamos ainda a compreensão do entrevistado (Secretário ou Diretor) sobre esporte e lazer. Abordamos se existem, quais são e quantas pessoas são atendidas nos projetos em andamento nos municípios, separados nas especificidades: lazer, atividade física e saúde, práticas esportivas na natureza, práticas esportivas urbanas, pessoas portadoras de necessidades especiais e terceira idade. Realizamos também um levantamento das características dos projetos em andamento, verificando posteriormente se eles condizem com o plano norteador da Secretaria e qual a porcentagem da população atendida nestes projetos. Questionamos ainda quais são e qual o número de pessoas atendidas nos eventos, para averiguarmos a adesão da população, de que forma os municípios participam em jogos oficiais promovidos pelo estado e quem financia esta participação.

A partir das redes de interdependência desses três eixos, podemos compreender melhor a política pública das cidades pesquisadas. Ao explicar a categoria interdependência, o sociólogo Norbert Elias, considera que, as mais variadas formas de relações da sociedade vão constituindo redes de interdependência entre os segmentos sociais, nas quais o próprio indivíduo está presente. Quanto mais a sociedade se desenvolve no âmbito das relações humanas e no institucional, maior é o grau de complexidade na rede de interdependência. Para o autor, a permanente ligação entre os indivíduos forma uma rede, compreendida da seguinte maneira:

Tal retificação é um encorajamento constante à idéia de que a sociedade é

constituída por estruturas que nos são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível. Como veremos, estas concepções tradicionais serão substituídas por uma visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados. (ELIAS, 1970. p. 15).

Na mesma linha de pensamento, Elias ainda salienta que a categoria de interdependência possui quatro níveis de articulações nos grupos sociais (instituições) do Estado: entre Estados, entre os indivíduos, do indivíduo consigo mesmo e do indivíduo com a natureza (ELIAS, 1997, p. 71-72).

Seguindo nossa compreensão com Elias, quanto mais o esporte se desenvolve no interior da sociedade, maior é a rede de interdependência existente entre eles. O próprio aumento da rede de interdependência é fruto da individualização humana³, sendo um dos elementos da especialização da sociedade.

Em uma sociedade altamente individualizada como a nossa atualmente, e sendo o esporte uma das manifestações dessa individualização, buscamos compreender até que ponto o Estado, enquanto uma estrutura que pode contribuir para a formação de um *habitus* esportivo, tem dado conta da diversidade de manifestações esportivas e de lazer, bem como dos diferentes anseios dos variados indivíduos que a compõe.

Para Elias, *habitus* significa a segunda natureza dos indivíduos, que é construída pelo conjunto da sociedade ou por um grupo representativo dela. A ação do indivíduo é entendida como uma reprodução do contexto social:

Nesse caso, não mais fechamos os olhos para o fato, bastante conhecido fora do campo da ciência, de que cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com os outros membros da sociedade. Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é certamente um componente do habitus social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. O conceito de habitus social permite-nos introduzir os fenômenos sociais no campo da investigação científica, que antes lhes era inacessível. Consideremos, por exemplo, o problema comunicado de maneira pelo conceito de caráter nacional. Trata-se de um problema de habitus por excelência. A idéia de que o indivíduo porte em si o habitus de um grupo e de que esse habitus o que ele individualiza em maior e menor grau pode ser definida com um pouco mais de precisão. (ELIAS, 1994, p. 150).

Para o autor, a formação dos indivíduos tem interferências externas, que são reproduzidas e expressadas nas suas próprias ações. Os *habitus* dos indivíduos estão

³ ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

diretamente relacionados à própria composição social, pois, em maior ou menor grau, as ações dos indivíduos são determinadas pela sociedade.

No início da prática esportiva no estado do Paraná, a formação de um *habitus* esportivo se deu principalmente através dos clubes esportivos. Como os clubes são algumas das instituições mais significativas da sociedade contemporânea, observou-se a composição dos *habitus* esportivos de seus associados (MEZZADRI, 2000).

Os *habitus* esportivos praticados pelos indivíduos no interior dos clubes, representados posteriormente pelas modalidades esportivas, foram sendo incorporados gradualmente pelo Estado e repassados à sociedade por meio dos eventos esportivos organizados pelo governo. A construção do processo dos *habitus* esportivos, a partir da década de 1950, deu-se pela permanente relação entre a necessidade da sociedade e os interesses governamentais. O jogo entre o Estado e a sociedade estava constantemente presente, representado pelas modalidades e *habitus* esportivos.

Mas e hoje, como se dá esta relação? Como o Estado contribuiu para o desenvolvimento do *habitus* esportivo da população? No presente trabalho buscaremos resgatar alguns dados já apresentados em trabalho anterior⁴, relativo à terceira parte da entrevista, que contempla prioritariamente os projetos de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios, refletindo sobre o papel do Estado e as políticas públicas implementadas. Ressaltamos também, que apesar de focalizarmos a análise na terceira parte das entrevistas, não perderemos de vista as demais informações contidas nas entrevistas, a fim de estabelecer relações entre o contexto amplo das Secretarias e os projetos e eventos realizados.

Estado e políticas públicas

Antes de direcionarmos a discussão deste ensaio para o foco central de nossa análise, julgamos necessário levantar abreviadamente algumas questões e conceitos importantes à compreensão do Estado enquanto uma instituição social moderna com funções de manutenção e regulação social, dos seus respectivos aparatos de intervenção social - aqui especificamente, as políticas sociais - e dos mecanismos constitucionais de proteção aos cidadãos, legalmente inscritos como direitos sociais.

O desenvolvimento capitalista sempre esteve intimamente ligado ao Estado, e a medida em que as economias se desenvolveram em todo o mundo o setor público cresceu em importância em todas as sociedades (CARNOY, 1990). A própria formação do Estado e sua consolidação estiveram ligadas a questões econômicas, como o surgimento da moeda, a substituição da economia de troca e o monopólio econômico e militar (ELIAS, 1993).

Na avançada economia globalizada em que vivemos, o Estado tem importância indiscutível em muitos aspectos da vida social, não somente no aspecto político, “*como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas)*” (CARNOY, 1990, p. 9).

Embora o Estado tenha sido, em séculos anteriores, vital para o crescimento e desenvolvimento das sociedades, não desempenhou nas épocas passadas um papel relevante e tão fortemente determinante quanto nas últimas décadas. Atualmente, “o

⁴ MEZZADRI & STAREPRAVO (2008).

Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da ‘sofisticação’ crescente das armas, para a própria vida e a morte” (CARNOY, 1990, p. 9).

No século XIX, a força propulsora do capitalismo residia na produção da empresa privada, que acabava se tornando o centro da mudança social, independente da atuação estatal. Desde o surgimento do Estado, o gradual aumento da sua importância para o desenvolvimento das sociedades está relacionado com o processo não planejado da transição de sua administração pelo poder privado para as mãos do poder público. Neste momento, as funções dentro daquilo que viria a ser a máquina do Estado, que eram ocupadas por familiares da casa real e pessoas ligadas mais diretamente ao rei, e também os órgãos que nada mais eram que extensões e subdivisões dos interesses da família real, passam lenta e inevitavelmente a atender interesses não mais exclusivos do então governo absolutista⁵.

No momento em que o Estado passa a atender a interesses muito mais abrangentes - e não mais, de forma exclusiva, a interesses privados daqueles que reconhecidamente o controlavam - que a sua função cresce em importância para a sociedade. Com a evolução da economia e as crescentes divisões de funções, o Estado adquire outras obrigações, devendo solucionar diversos problemas e atender variadas demandas sociais, a fim de manter a paz, assegurar a ordem social e promover o desenvolvimento nacional (CARNOY, 1990). Não mais apenas recolher impostos para defender o território e assegurar a paz é a função do Estado. Além disso, tem que se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam observados e cumpridos.

De acordo com Carnoy (1990, p. 51), o auge da responsabilidade do Estado para com os interesses públicos é observado tipicamente nas democracias pluralistas modernas⁶, nas quais o povo:

... não levanta nem decide problemas, porém esses problemas, que moldam seu destino, são normalmente levantados e decididos para ele. Nessa teoria [pluralista], então, o Estado obtém um certo poder próprio – é ele que toma decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão.

Portanto, é o Estado quem elabora as políticas públicas para os mais variados setores, com ideal de atender a toda população. O conceito de políticas públicas é aqui entendido⁷ como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado, que objetiva

⁵ Para mais informações sobre a formação do Estado moderno ver ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993.

⁶ A democracia pluralista moderna é definida por SCHMITTER (1964, p. 96 apud CARNOY, 1990, p. 53) como um “*Sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não-especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e auto-determinadas., controladas pelo Estado na seleção da liderança ou articulação de interesse, e que não exercem o monopólio da atividade representativa de suas respectivas categorias*”.

⁷ Para mais informações sobre os diversos conceitos de políticas públicas, consultar LIAO, R. *Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal*. In Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 39-52, maio 2003.

alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006). São intervenções governamentais que resultam de intensa atividade política e que representam “*decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público*” (MENICUCCI, 2006, p. 142).

Já as ações governamentais que visam atender a sociedade com relação a uma determinada demanda social são chamadas de políticas sociais. Construída historicamente, num processo não linear de lutas sociais, conquista de direitos e mudanças de valores, as políticas sociais representam, hoje, o modo de intervenção estatal no que tange a garantia dos direitos sociais (educação, esporte, saúde, trabalho, lazer, segurança, etc.). As políticas públicas são intervenções indispensáveis para a atuação do Estado já que “*diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas públicas*” (MENICUCCI, 2006, p. 139). Assim, a sociedade como um todo:

... pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas (LINHALES, 1998, p. 78).

Dentre as políticas sociais estão aquelas direcionadas ao esporte e ao lazer. As políticas neste setor são traduzidas normalmente em ações caracterizadas enquanto projetos e/ou eventos. Consideramos os projetos como ações caracterizadas pela regularidade e continuidade, e eventos como uma atuação momentânea num espaço de tempo curto.

Projetos e eventos de esporte e lazer nos municípios

Em trabalho publicado recentemente, Mezzadri & Starepravo (2008) apontam que todas as cidades com mais de 100.000 habitantes pesquisadas no Estado do Paraná têm projetos em execução na área esportiva de rendimento. As diversidades das propostas estão nas modalidades esportivas oferecidas, mas não na amplitude das ofertas para as diferentes faixas etárias.

Os autores buscaram, a partir de um viés sociológico, levantar condições específicas de cada município, bem como buscar fatos e acontecimentos que se repetem constantemente, a fim de apontar leis de funcionamento deste espaço social. Dentro deste segundo viés, podemos dizer que os municípios do litoral paranaense não apresentam condições para o desenvolvimento do esporte e lazer, já que não oferecem nenhum tipo de projeto continuado de prática. As possíveis causas para esta situação vêm desde as condições macro-econômicas e sociais da região, que apresenta um baixo índice de desenvolvimento, PIB e IDH; até situações próprias da administração pública

e do campo esportivo, como falta de profissionais qualificados⁸, baixo repasse de verbas ao esporte e lazer, ocupação política dos cargos de administração, dentre outros.

No caso dos municípios com mais de 100.000 habitantes, apesar das diferenças encontradas, podemos dizer que em linhas gerais, o esporte e lazer nos municípios paranaenses se desenvolvem a partir de três bases: uma do esporte competitivo de alto nível, outra nas escolinhas esportivas, e a terceira nas atividades de recreação.

No que tange o esporte competitivo de alto nível, a atuação do poder público municipal se dá com a promoção de Jogos, Festivais e a participação dos municípios nos Jogos Oficiais do Estado do Paraná. Os Jogos Oficiais são compostos pelos Jogos Colegiais, Jogos Universitários, Jogos da Juventude e Jogos Abertos. Estes são ofertados pelo governo estadual e acabam se tornando propulsores das políticas públicas municipais de esporte. Pode-se perceber que as ações tomadas pelas prefeituras reproduzem prioritariamente a direção do esporte rendimento.

Com relação ao segundo aspecto levantado, as escolinhas esportivas constituem a base da iniciação esportiva nos municípios. São oferecidas oportunidades de prática às crianças e jovens, normalmente entre 07 e 14 anos, nas modalidades ditas “tradicionais” (futebol, futsal, handebol, voleibol e basquetebol). Em linhas gerais os dirigentes entendem estas escolinhas como uma forma de busca de talentos, que posteriormente representarão os municípios nos Jogos Oficiais do Estado.

As políticas de lazer, restritas ao aspecto da recreação, onde a maioria dos municípios tem algum tipo de intervenção pontual, como ruas do lazer, apoio a eventos públicos e ônibus de recreação. A atuação se dá através de recreacionistas ou estagiários, que levam brinquedos a equipamentos de lazer às escolas, associações de bairro e parques e realizam as atividades de acordo com as demandas específicas de cada região.

Considerações finais

De acordo com a proposta do trabalho, buscamos apresentar a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisas do CEPELS/UFPR, bem como refletir sobre seus resultados em termos de eventos e projetos de esporte e lazer, e a contribuição do Estado na constituição de um *habitus* esportivo na população.

Podemos dizer que a atuação das prefeituras em relação ao esporte e lazer é bastante restrita em termos de alcance às diferentes manifestações esportivas, públicos e faixas etárias. O poder público municipal, um dos responsáveis pelo acesso de todos ao esporte e lazer, acaba não cumprindo seus objetivos, e reproduzindo ações tradicionais e de pouca eficiência na esfera do esporte e lazer. Construindo assim, ações focadas para pequenos grupos sociais, não ampliando no dever universalista do Estado.

⁸ “Em estágio ainda mais preocupante encontramos as cidades do litoral paranaense, que somadas todas elas encontramos somente 15 professores de Educação Física, específicos nos Departamentos de Esporte e Lazer. Partindo destes dados, levantamos a hipótese da dificuldade em elaborar políticas públicas para o Esporte e Lazer com esse quadro geral de profissionais. Com 15 professores concursados nos seis municípios da região litorânea do Paraná, não há possibilidade de atender uma população de aproximadamente 200.000 habitantes das mais diversas faixas etárias (crianças, adolescentes, mulheres, trabalhadores, 3ª Idade e pessoas portadores de necessidades especiais), condições econômicas e diversidades culturais. Números que podem chegar a 2 milhões no período de verão.” (MEZZADRI et al, 2006, p. 51).

Desta maneira consideramos de fundamental importância que o poder público, venha a abrir uma discussão, com a finalidade de buscar novos re-significados nos projetos de esporte e lazer, valorizando novas práticas e *habitus* esportivos.

Referencias

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983b.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983c.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: DIFEL, 1982.

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1970.

_____. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993.

_____. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

_____. **Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: A política e a história**. S.P.: Ed. Perspectiva S.A., 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LINHALES, Meily A. São as políticas públicas para a educação física/ esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? *In: Motrivivência*, Florianópolis, n. 11, p.71-81, setembro. 1998.

_____. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In: MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 31-56.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A Educação Física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. *In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLO, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*. Jundiaí: Fontoura, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 136-164. 2006, 165 p.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura do esporte paranaense: da formação dos clubes a situação atual**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

MEZZADRI, Fernando Marinho et al. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de (Org.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 43-60.

MEZZADRI, Fernando Marinho & STAREPRAVO, Fernando Augusto. Análise dos projetos e eventos de esporte e lazer nos municípios do estado do Paraná. In: **Anais do XI Congresso do Processo Civilizador**. Buenos Aires, 2008.